

A fragilidade dos partidos

MARCUS FARIA FIGUEIREDO

O fato mais evidente nesta eleição presidencial foi a fragilidade dos partidos políticos. Com a exceção do PT, do PSDB e do PDT, todos os demais partidos tiveram sérias defecções, as quais comprometeram irremediavelmente o desempenho eleitoral dos seus candidatos. Os casos mais visíveis são os do PFL e do PMDB. Estes dois partidos saem dessa eleição completamente esfacelados e dificilmente conseguirão se recompor daqui para a frente. Existem dois argumentos para explicar este fato. Uns alegam que a implosão do PFL e do PMDB decorreu da circunstância dessa eleição ter sido uma eleição "solteira".

Neste caso, alegam que as lideranças e as bases partidárias estavam livres pela ausência das necessárias formações de aliança comuns em eleições "casadas" como as que teremos no próximo ano. Outros alegam que os candidatos desses partidos eram fracos diante dos seus concorrentes e pouco representavam os anseios de mudanças demandados pela população, e por isso foram "cristianizados".

Tanto uma como outra argumentação são fracas, pois mascaram algo mais sério que, de certa forma, explicam as duas atitudes dos políticos que implodiram os dois maiores partidos do País: a falta de perspectiva de vitória. As pesquisas de opinião pública apresentavam altos índices de rejeição desses dois candidatos pela população; no outro lado dessa moeda estava a perspectiva de vitória eleitoral do candidato Collor de Mello. Vejamos.

As candidaturas Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves foram ganhas em disputas internas acirradas e não desejadas pela maioria absoluta das suas respectivas bases partidárias. No caso do PMDB ficou clara a vacilação dos seus governadores que estavam muito mais preocupados com as eleições de 1990 e descrentes com as possibilidades eleitorais do Dr. Ulysses. No PFL as-

sistimos a uma permanente conspiração para a substituição de Aureliano Chaves, que veio culminar com o desastrado episódio Silvio Santos. Este sentimento de descrença em seus candidatos certamente contaminou seus militantes e políticos locais, os quais, velada ou abertamente, passaram a trabalhar por outras candidaturas vistas como mais viáveis. Os mais à direita logo se definiram por Collor de Mello e os demais entre Brizola e Mário Covas, como foram os casos dos governadores Arraes e Tasso Jereissati. O que mais chama a atenção neste episódio é a atitude dos parlamentares que, sem deixarem os seus respectivos partidos, trabalharam por outras candidaturas. Abre-se por esta via uma imensa avenida que certamente levará a mais um realinhamento, provavelmente em torno do candidato do PRN.

A implosão eleitoral dos dois maiores partidos recoloca na ordem do dia a tradicional fragilidade do sistema partidário, que com poucas exceções são partidos de natureza essencialmente voltada para a disputa eleitoral. É razoável e até faz parte da essência de qualquer partido político a busca do voto. Entretanto, a motivação da sua constituição não pode ser fundada apenas na preocupação eleitoral, pois, como mostra a eleição deste ano, no primeiro sintoma de derrota eleitoral ocorre uma debandada geral.

Há, ainda, um terceiro argumento que pode contradizer o que disse acima. Pode ser que a reconhecida capacidade de reconciliação das elites partidárias venha a superar os traumas dessa eleição e os dois maiores partidos se recomponham. A fonte maior para esta alternativa está no fato de que ambos serão oposição ao governo federal no próximo ano, quando teremos eleições "casadas", onde alianças entre lideranças locais e nacionais são fundamentais para que as máquinas partidárias funcionem. A persistir a legislação eleitoral que temos, continuaremos a ver partidos crescerem eleitoralmente chega-

rem ao poder e então implodirem. Isto porque a composição partidária em torno de governadores e de presidentes conspira constantemente contra qualquer intenção de lealdade partidária, já que no sistema que temos os partidos são, na verdade, meros "cartórios" de registros de candidaturas e como tais só valem se apresentarem reais perspectivas de vitória eleitoral.

O episódio que assistimos nesta eleição não é novidade na história brasileira. No período de 46-64, tivemos quatro eleições presidenciais e em duas delas os partidos foram deixados de lado e as lideranças locais se agruparam em torno das candidaturas de Getúlio Vargas, em 1950, e de Jânio Quadros, em 1960. O resultado, igual ao deste ano, foi o fracasso eleitoral dos candidatos dos maiores partidos. Antes que se diga que tais episódios da vida eleitoral brasileira ocorreram por se tratarem de eleições presidenciais, cabe lembrar que nas eleições parlamentares as formações de alianças e coligações esdrúxulas chegaram nas eleições gerais de 1962 a eleger a metade dos congressistas. Alianças políticas são legítimas, mas as que haviam eram formadas em função exclusiva dos cálculos eleitorais.

Se voltarmos mais ainda na história, veremos que na Primeira República, os partidos era organizações locais e regionais, os quais congregavam as oligarquias que, através de alianças estratégicas, foram capazes de manter a política do "café com leite" durante 30 anos.

As tentativas de reorganizar o sistema político e partidário após a Revolução de 30 terminou no golpe getulista de 1937. Ou seja, as elites brasileiras parecem que realmente não prezam o único instrumento capaz de dar significado ao jogo político: os partidos.

O autor é doutor em Ciência Política, professor do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisador do Idesp.